



## NEWSLETTER Nº 35, ABRIL 2009

Contactos:

Escola Superior de Gestão de Santarém

tel/fax 243 322427

E-mail [europedirect@esg.ipsantarem.pt](mailto:europedirect@esg.ipsantarem.pt)

Sítio Web <http://europedirect.esgs.pt>



<http://ec.europa.eu/europedirect>

Tem perguntas sobre a Europa?

☎ Ligue para o número verde a partir de qualquer lugar da UE  
0080067891011

① Visite o Centro de Informação EUROPE DIRECT para esclarecer dúvidas e obter documentação

@ Envie uma mensagem por correio electrónico

## ACTIVIDADES EM ABRIL

Abril será um mês pleno de actividade para o Centro de Informação Europe Direct de Santarém. No dia **17 de Abril**, realizar-se-á uma Sessão de Apresentação do **Programa Cultura 2007**. Esta sessão, que terá lugar na Biblioteca Municipal de Torres Novas destina-se a todos aqueles que desenvolvam actividades em organizações relacionadas com a cultura, nomeadamente associações, cooperativas, empresas e fundações culturais; pelouros culturais autárquicos; centros culturais e de exposição de arte, cinematecas, companhias de dança e teatro, editoras e livrarias culturais, festivais culturais, galerias de arte, monumentos, museus, orquestras, parques e sítios arqueológicos, parques temáticos culturais e teatros; profissionais integrados em outras organizações, nomeadamente financiadoras, patrocina-

doras ou mecenas da cultura; profissionais e ou jovens licenciados vocacionados para a criação de pequenas e médias organizações na área da cultura. A sessão tem como objectivo apresentar este programa e disponibilizar informação acerca dos procedimentos de candidatura.

Aproximam-se as eleições europeias, e o Centro Europe Direct em parceria com o Jornal O Ribatejo e o apoio do Gabinete do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia em Portugal, organizam uma Conferência/Debate com ex-membros do parlamento Europeu subordinado ao tema **“Para que serve o parlamento Europeu?”**. O debate tem lugar no dia **21 de Abril, pelas 21h30 no teatro Sá da Bandeira em Santarém**.

## PÁGINA A PÁGINA

BREVES

Pag 2

UE e Assuntos Sociais

Pag 3

Ano Europeu da Criatividade e Inovação

Pag 3

UE e Cidadania

Pag 4

EU e Mercado Interno

Pag 5

UE e Oportunidades de Financiamento / Parcerias >>>>>>

Pag 5

## PROTEGER A EUROPA DE ATAQUES DE PIRATAS INFORMÁTICOS

Grande parte da economia europeia assenta em serviços e redes de comunicações electrónicas: 93% das empresas da UE e 51% dos cidadãos europeus utilizaram a Internet em 2007. As catástrofes naturais, os ataques terroristas, os actos maliciosos e

as falhas do equipamento informático podem causar graves riscos às infra-estruturas de informação europeias. Os ciberaques recentemente lançados contra a Estónia, a Lituânia ou a Geórgia vieram demonstrar que os serviços e redes de comunica-

ções electrónicas cruciais se encontram sobre ameaça permanente. A nova estratégia da Comissão Europeia visa preparar a Europa para reagir em caso de perturbações ou de ataques graves.

## AJUDAR AS PEQUENAS EMPRESAS ATIRAREM PARTIDO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS



Na actual recessão financeira, as PME europeias precisam de estar em condições para realizarem negócios no estrangeiro e aproveitar as oportunidades que o mercado lhes oferece. Há mais de 23 milhões de PME, o que corresponde a 99% das empresas da UE, mas apenas 3% exportam para fora da UE. Como é que isto pode ser mudado e o que é que a

Comissão pode fazer para apoiar as PME que querem fazer negócios no estrangeiro? Como é que as ferramentas existentes podem ser melhoradas e como lançar novas iniciativas?

O novo Portal “A Vossa Europa—empresas” destina-se a facilitar o acesso dos empresários às informações sobre o exercício de acti-

vidades económicas em outros Estados-membros da União Europeia. Foi criado em estreita cooperação com os Estados-membros no contexto da aplicação da “lei das pequenas empresas”. O novo portal ajuda as PME a tirarem partido das possibilidades de fazer negócios e de oferecer os seus serviços no mercado único.

Visite o Portal em: [http://ec.europa.eu/youreurope/business/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/youreurope/business/index_pt.htm)

## ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: UE TEM DE SE PREPARAR PARA OS IMPACTOS FUTUROS

A Comissão Europeia apresentou recentemente um Livro Branco que define as acções necessárias destinadas a reforçar a capacidade da União para fazer face às alterações climáticas. Estudos recentes indicam que os impactos das alterações climáticas serão mais rápidos e mais graves

do que o previsto pelo Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas no seu relatório de 2007. O impacto das alterações climáticas terá efeitos regionais variáveis, o que significa que a maior parte das medidas de adaptação deverão ser tomadas a nível nacional e regional. O qua-

dro apresentado pela Comissão define uma abordagem estratégica em duas fases para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas na UE, o que complementa as acções tomadas pelos estados-membros através de uma abordagem integrada e coordenada.

## INCENTIVAR AS CIDADES A INVESTIR EM ENERGIAS RENOVÁVEIS

A Comissão Europeia adoptou o programa de trabalho 2009 “Energia Inteligente—Europa”, destinado a co-financiar projectos não tecnológicos para promover a eficiência energética, as energias renováveis e os transportes não poluentes. Pela pri-

meira vez, um apoio financeiro dará respeito à assistência técnica às cidades para projectos sustentáveis ou programas de investimento no domínio da energia urbana renovável. O orçamento do EIE 2009 eleva-se a mais de 96 milhões de euros, dos quais 15

milhões devem servir para desenvolver a capacidade dos municípios e regiões no sentido de acelerar os investimentos locais, nomeadamente nos edifícios e transportes urbanos.

## MELHORAR O RENDIMENTO ENERGÉTICO DE ELECTRODOMÉSTICOS

Por ocasião de uma reunião do comité de regulamentação encarregado da concepção ecológica e da rotulagem energética, os Estados-membros da UE mostraram-se favoráveis a novas disposições destinadas a melhorar o rendimento energético de vários pro-

ductos. Este pacote de medidas fixa exigências obrigatórias em matéria de rendimento energético e define um sistema melhorado de indicação do consumo de energia para os televisores e os produtos de linha branca. Estas novas medidas deverão permitir

reduzir o consumo de electricidade da UE em 51 terawatt/hora (TWh).

## COMBATE À ESCRAVATURA MODERNA E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS

A Comissão Europeia adoptou duas propostas com novas regras para intensificar a luta contra o tráfico de seres humanos e o abuso e exploração sexual de crianças e a pornografia infantil. Estas novas propostas vêm substituir a legislação em vigor desde 2002 e 2004 respectivamente. As novas propostas asseguram plenamente a aplicação das normas europeias mais exigentes neste domínio, prevêm uma assistência de melhor qualidade às vítimas e acções mais duras contra os autores dos crimes de abuso sexual de crianças e tráfico de pessoas. As propostas abordam também as tecnologias do ciberespaço, em evolução constante.



Segundo a Organização Internacional do Trabalho, há no mundo 1,225 milhões de pessoas submetidas ao tráfico, seja internacional ou dentro dos respectivos países. A maior parte destas vítimas de tráfico são exploradas para a prostituição (43%) ou para fins laborais (32%). A exploração sexual forçada para fins comerciais atinge, na esmagadora maioria (98%) mulheres e raparigas. Os números disponíveis permitem estimar com elevada probabilidade que todos os anos várias centenas de milhares de pessoas são alvo de tráfico para a UE ou dentro dela.

Há estudos que sugerem que uma minoria significativa de crianças na Europa, entre 10% e 20% segundo um especialista nesta matéria, pode ser alvo de violência sexual durante a infância. Em 2008 foram encontrados mais de 1000 sítios Web comerciais e cerca de 500 não comer-

ciais com conteúdos ligados ao abuso sexual de crianças, 71% dos quais nos EUA. Estima-se que cerca de 20% dos sítios Web de pornografia infantil não são comerciais (são sobretudo entre particulares). Estima-se ainda que 20% dos autores de crimes sexuais, em média (com grandes diferenças entre perfis de criminosos), voltam a cometer novos crimes depois de cumprida a sentença.

As duas propostas de decisões-Quadro obrigarão os países da UE a agir em três frentes: repressão dos criminosos, protecção das vítimas e prevenção do crime.

A proposta de luta contra o tráfico de seres humanos aproxima as legislações e as penas nacionais, garantindo o julgamento dos criminosos mesmo quando cometem os crimes no estrangeiro. Admite que a polícia recorra a escutas telefónicas e outros tipos de escuta e a outros instrumentos semelhantes utilizados na luta contra o crime organizado. As vítimas terão alojamento e assistência médica e, se necessário, protecção policial para poderem recuperar do traumatismo e não temerem testemunhar contra os seus agressores. Ser-lhes-ão poupados traumas adicionais durante o processo penal, decorrentes nomeadamente de perguntas relacionadas com a experiência da sua exploração sexual forçada. As vítimas terão apoio jurídico gratuito durante o processo, incluindo para apresentar pedidos de indemnização. A proposta incentiva sanções contra os clientes de pessoas forçadas a oferecer serviços sexuais e contra os empregadores que exploram pessoas

objecto de tráfico. A proposta cria ainda organismos independentes para controlar a aplicação dessas sanções.

A proposta de luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças torna mais fácil punir os autores dos crimes sexuais contra crianças ao prever penas para novas formas de abuso, como o aliciamento (*grooming*) - aliciar crianças através da Internet e abusar delas, ver pornografia infantil sem descarregar os ficheiros ou obrigar crianças a adoptar poses sexuais em frente de webcams. Os "turistas sexuais" que se desloquem ao estrangeiro para abusar de crianças serão julgados quando regressarem a casa. As crianças vítimas desses crimes poderão depor sem ter de enfrentar o agressor em tribunal, evitando-lhes assim um trauma adicional, e poderão contar com a assistência gratuita de um advogado. Cada arguido será avaliado individualmente e terá acesso a programas de tratamento adaptados ao seu caso, para evitar reincidência. A proibição de exercerem actividades que impliquem contactos com crianças, imposta aos arguidos, deve ser aplicável não só no país em que foram condenados, mas em toda a UE. Serão desenvolvidos sistemas de bloqueamento do acesso a sítios Web que contenham pornografia infantil.

As propostas serão debatidas no Conselho de Ministros da UE e, depois de aprovadas, serão transpostas para as legislações nacionais.

## ANO EUROPEU DA CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO

### INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A importância da criatividade para o desenvolvimento pessoal, social e económico é o tema central do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, que se comemora em 2009.

Este ano europeu conta com a colaboração de várias personalidades importantes, entre as quais coreógrafos, professores, artistas, arquitectos, cientistas e dirigentes de grandes empresas, que foram nomeadas embaixadores com a missão de sensibilizar a sociedade para esta questão.

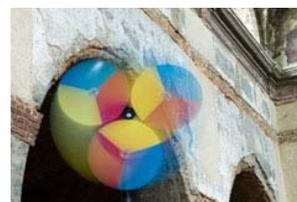
Na sua primeira reunião, em Janeiro, os embaixadores alerta-

ram para os perigos da tentação de reduzir as despesas com a I&D no actual contexto da crise económica. A Finlândia, por exemplo, ultrapassou a sua recessão no início da década de 90 aumentando o investimento em I&D e mantendo constante a sua despesa com a educação.

No âmbito do AECI está a ter lugar em Bruxelas uma série de seis debates sobre temas fundamentais relacionados com a criatividade e a inovação. Num debate recente foram discutidas ideias para um ambiente propício à criatividade e à inovação. O próximo debate incidirá sobre o futuro da

educação na Europa. Mas o AECI não se fica pelas palavras. Na próxima semana será inaugurada em Bruxelas, a exposição itinerante *Orbis Pictus* do artista Petr Nikl. Com os novos instrumentos musicais especialmente criados para o efeito, o artista pretende criar um canal de comunicação que aproxime indivíduos de diferentes nacionalidades, camadas sociais e religiões.

Está igualmente a ser pensado um manifesto para a criatividade e inovação na Europa que deverá inspirar outras actividades.



A exposição *ORBIS PICTUS* apela à nossa

imaginação e fantasia recorrendo a objectos

## CONSULTA AOS CIDADÃOS EUROPEUS

A Consulta aos Cidadãos Europeus (CCE 2009) reúne cidadãos dos 27 Estados-membros em antecipação às eleições para o parlamento Europeu de 2009, procurando responder à questão “O que pode a UE fazer para moldar o seu futuro económico e social num mundo globalizado?”

A Consulta aos Cidadãos Europeus Portugal reuniu, a 28 e 29 de Março, em Lisboa, 50 cidadãos para desenvolver as preocupações nacionais sobre o futuro económico e social da Europa. Os cidadãos participantes na Consulta foram seleccionados aleatoriamente, de acordo com critérios de representatividade: diferentes grupos etários, diferentes níveis de educação; género e distribuição geográfica, e outros critérios específicos a cada Estado-membro, foram tidos em conta para garantir que os cidadãos participantes na Consulta representassem a composição demográfica do país. A Consulta em Portugal foi organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

De entre as 18 grandes preocupações apontadas, as mais frequentemente referidas foram as questões ambientais e energéticas associadas às alterações climáticas e, por outro lado, a desigualdade de oportunidades no acesso à educação. No que diz respeito aos problemas ambientais, além do aquecimento global, da necessidade de tornar mais eficientes e acessíveis as energias renováveis, foi notória uma preocupação com a dependência energética de Portugal e da Europa.

No que diz respeito à promoção de maior igualdade entre os cidadãos europeus, foi apontada muitas vezes a necessidade de promover os direitos das mulheres no mercado laboral e de, por outro lado, garantir que todos têm as mesmas oportunidades de acesso à educação.

Outras preocupações dos cidadãos portugueses na Consulta prendem-se com a desigualdade na distribuição da riqueza e influência política entre os cidadãos dos vários Estados-membros e, associada a esta questão, o facto de, muitas vezes os conflitos de interesses entre os Estados-membros serem um obstáculo ao desenvolvimento de políticas comuns que os poderiam beneficiar.

A segurança social e a saúde, em particular, foram também temas

muito discutidos e foram levantadas várias preocupações relativamente ao apoio aos grupos mais vulneráveis (idosos, pobres, pessoas com deficiência) e à sustentabilidade de um sistema de saúde público que possa beneficiar todos os cidadãos justa e igualmente.

Se por um lado foi notória uma tendência para exigir mais intervenção europeia (segundo a ideia de um Estado Providência Comum), por outro, a maior parte dos cidadãos referiu a necessidade de haver maior e melhor controlo na atribuição de fundos e subsídios.

O desemprego, a corrupção e a crise económica e financeira global foram referidas com bastante frequência, apontando-se para a necessidade de maior apoio ao empreendedorismo e à criação de novas empresas.

Finalmente, a grande maioria dos cidadãos revelou estar preocupado com o afastamento entre cidadãos e instituições europeias, referindo que este tipo de debates é fundamental para reforçar a proximidade entre as duas partes.

No seguimento do processo de Consulta seguiram-se algumas recomendações dos cidadãos:

1. O Banco Central Europeu deve aperfeiçoar os mecanismos e regras de fiscalização e transparência das actividades e operações financeiras. O BCE deverá ter maiores poderes para uma fiscalização e monitorização eficaz e atempada penalizando os infractores.

2. A UE deve reforçar uma política ambiental que reduza as emissões de CO<sub>2</sub> e maior utilização de energias renováveis. Assim, deverá promover a criação e protecção de florestas; fiscalizar a emissão de CO<sub>2</sub>; apoiar a criação de novas empresas de Energias Renováveis para maior concorrência e melhores serviços; reduzir o IVA a empresas que não excedam limites de CO<sub>2</sub>; premiar as melhores soluções sustentáveis.

3. A UE deverá reestruturar a segurança social tornando-a mais interventiva, próxima e humana, para combater as desigualdades sociais (em especial os idosos, deficientes e pobres), estimular a criação de áreas de integração social, responsabilizar instituições pri-

vadas e estatais na utilização eficiente dos recursos disponíveis (humanos e físicos), reconvertendo, reutilizando e dignificando.

4. No contexto económico-social e financeiro actual, a UE deve reavaliar a sua política de alargamento, sem pôr em causa os respectivos princípios fundamentais, assegurando aos países candidatos um quadro de relacionamento institucional saudável, promovendo a sua integração progressiva e adopção gradual do modelo económico e social europeu.

5. A UE deve incentivar o rejuvenescimento populacional apoiando a natalidade e a imigração. Deve combater a discriminação de imigrantes e mulheres (através da Agência Europeia dos Direitos Fundamentais) adoptando igualmente políticas favoráveis à natalidade com apoios financeiros, criação de infra-estruturas de educação e benefícios fiscais. A imigração extracomunitária deve privilegiar cidadãos que preencham lacunas em sectores específicos, oferecendo cursos de língua local e apoio na inserção social.

6. A UE devia coordenar com os diferentes Estados-membros um sistema de saúde comum, gerindo listas de espera, articulando diferentes hospitais, desenvolvendo campanhas globais de prevenção de doenças como o HIV, diabetes, obesidade e cardiovasculares, dedicando mais fundos, criando um Ministério de Saúde Europeu que ajude a uniformizar a política de saúde europeia.

7. A UE deve tomar medidas para apoiar as PME's de forma ágil, diminuindo a burocracia e entraves administrativos, nomeadamente pela criação de lojas do cidadão europeu ou atribuição de competências às existentes; facilitação de acesso ao microcrédito; concessão de crédito a fundo perdido devidamente fiscalizado; criação de empresas vocacionadas para a exploração de produtos regionais.

8. Todos os responsáveis de política educativa dos Estados-membros devem fomentar o conceito de Identidade Europeia, recorrendo à criação de um projecto piloto, a partir do 5.º ano de escolaridade com um tronco comum incluindo currículos como Cidadania e Educação Financeira nas disciplinas existentes. Para tal, atribuir-se-ia

uma maior fatia do actual orçamento comunitário na melhoria da qualidade da Educação de Acordo com a Agenda de Lisboa.

9. Equipas de auditores de outras nacionalidades europeias deverão intervir nos outros Estados-membros na aplicação de fundos. Deverá haver desburocratização dos processos e atempada disponibilização dos valores às entidades apoiadas, as quais deverão ser monitorizadas, aconselhadas e fiscalizadas de forma a que os seus objectivos sejam atingidos e os montantes sejam utilizados totalmente nos “timings” correctos.

10. A UE deve promover a convergência de salários e reformas, estimulando o aumento de produtividade com vista à criação de riqueza. Deve pois, estabelecer tectos máximos e mínimos para reformas e salários, promovendo uma maior equidade salarial para profissões equivalentes, fomentando a igualdade de oportunidades.



## PROTECÇÃO DAS MARCAS COMUNITÁRIAS VAI TORNAR-SE MAIS BARATA E FÁCIL DE OBTER



A Comissão Europeia e os Estados-membros da UE decidiram diminuir novamente as taxas a pagar ao IHMI (Instituto de Harmonização do Mercado Interno), agência comunitária responsável pela concessão do direito a uma marca comunitária, e simplificar o procedimento de registo. Com esta medida, que se segue a uma primeira redução em 2005, a protecção das marcas comunitárias será muito mais barata e fácil de obter por parte das empresas que operam no mercado único da UE, com poupanças estimadas em cerca de 60 milhões de euros/ano. A medida entrará em vigor a 1 de Maio de 2009.

A redução das taxas e a simplificação dos procedimentos resultam essencialmente no registo das marcas comunitárias custo zero. As empresas só terão de pagar, portanto, uma taxa pela apresentação do pedido de registo, deixando de pagar uma taxa separada pelo registo propriamente dito. Nestas condições, o tempo necessário para o tratamento do pedido de registo de marca comunitária será também significativamente reduzido.

Significa isto na prática que, em vez de pagar um montante de 1 750EUR pela apresentação do pedido e pelo registo da marca comunitária, as empresas passarão a ter de pagar uma única taxa pelo pedido de registo no valor de 1 050 EUR. As empresas que apresentarem o seu pedido pela Internet beneficiarão de uma redução ainda maior e terão

meramente de pagar uma taxa pela apresentação do pedido no valor de 800EUR, em vez dos 1 800 EUR que devem pagar actualmente.

Esta nova redução nas taxas implica que as empresas irão beneficiar de uma redução de 40% - ou mesmo 44%, se utilizarem meios electrónicos—nos custos de obtenção de uma marca comunitária.

A taxa cobrável por cada pedido de marca internacional ou de registo internacional que designe a Comunidade Europeia ao abrigo do Protocolo de Madrid diminuirá de 1 450EUR para 870 EUR, o que corresponde igualmente a uma redução de 40%.

### Antecedentes

O IHMI foi criado pelo Conselho de Ministros em 1994. Desde que iniciou as suas actividades, em 1996, a procura de marcas comunitárias tem vindo a crescer de forma constante e por vezes mesmo dramática. Até à data, o IHMI já registou, no total mais de 500 000 marcas comunitárias, a pedido de centenas de milhares de empresas de todo o mundo. Na sua qualidade de agência da UE em regime de auto financiamento, o orçamento do IHMI provém inteiramente das taxas pagas pelas empresas que utilizam os seus serviços. O instituto não recebe qualquer subsídio ou apoio financeiro do contribuinte europeu, e, sendo uma organização não-lucrativa, deve apresentar um orçamento equili-

brado.

Aos longo dos últimos anos, o IHMI tem vindo a desenvolver, com sucesso, um ambicioso programa que visa aumentar a produtividade e eficiência, oferecendo ao mesmo tempo uma qualidade de serviço que tem vindo a atrair cada vez mais utilizadores. Apesar da redução das taxas que teve lugar em 2005, o IHMI tem, nos últimos tempos, gerado reservas de liquidez muito substanciais.

Assim sendo, o IHMI, embora continuando a investir no melhoramento dos seus serviços—em especial via electrónica —e na redução do tempo de resposta aos pedidos, pode agora partilhar uma maior parte dos benefícios decorrentes dos ganhos de eficiência com o conjunto da comunidade empresarial e, em especial, com as pequenas e médias empresas, para as quais os custos de protecção e garantia das marcas constitui muitas vezes um desafio.

Esta nova redução substancial das taxas foi objecto de discussões alargadas com os Estados-membros. Representa o primeiro passo numa sequência mais abrangente de medidas que se destinam a garantir um melhor equilíbrio do orçamento do IHMI no futuro, medidas essas que foram aprovadas pelos Estados-membros numa reunião conjunta do Conselho de Administração e do Comité Orçamental do IHMI, realizada em Setembro de 2008.

Mais informações em: <http://oami.europa.eu/ows/rw/pages/index.en.do>

## OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO E PARCERIAS

**Veja as oportunidades de financiamento em todas as áreas:**

<http://europedirect.esgs.pt/Financiamento.asp>

**Saiba em que projectos podem ser parceiro:**

<http://europedirect.esgs.pt/Parcerias.asp>